

O GLOBO

21 JUN 1985

21 JUN 1985

Governo discute participação dos Senadores de 82 na Constituinte

BRASÍLIA — O tratamento que à mensagem do Presidente José Sarney convocando a Constituinte dará aos 23 Senadores eleitos em 1982 — que representam um terço do Senado — é o último obstáculo para a elaboração do texto que deve ser enviado ao Congresso no dia 28. Fonte do Palácio do Planalto disse ontem que a tendência do Presidente José Sarney é não tocar no tema, deixando que o próprio Congresso decida sobre a participação desses Senadores na reforma da Carta.

Entre os assessores próximos do Presidente é conhecida, pelo menos, uma opinião sobre a situação dos Senadores de 82: o jurista Célio Borja tem uma antiga tese de que os poderes constituintes são atribuídos ao órgão — o Congresso — e não individualmente a cada um dos parlamentares. Por esse raciocínio, tendo o Parlamento esses poderes, automa-

ticamente todos os seus membros — inclusive os Senadores que não serão eleitos em 86 — passam a ter o mesmo atributo.

Já o Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, ex-Deputado Marcelo Cerqueira, costuma classificar de "excrecência" a presença na Constituinte dos Senadores que não serão eleitos com o próximo Congresso. A seu ver, esses parlamentares devem cumprir seu mandato limitando-se à legislação ordinária.

— Diante da falta de consenso em torno do assunto, uma comissão de Senadores de todos os partidos poderá procurar, na próxima semana, o Presidente José Sarney para pedir-lhe que decida a respeito, não deixando a solução para o Congresso Nacional.

A idéia de pedir ao Presidente que inclua a decisão sobre o problema no

texto da emenda convocando a Constituinte foi discutida ontem pelos Senadores Itamar Franco (PMDB-MG) e Luís Viana Filho.

Itamar fez uma reunião com seus colegas peemedebistas para examinar algumas sugestões, como a um plebiscito nacional ou de os próprios Senadores submeterem-se a uma eleição no próximo ano. As duas propostas não obtiveram consenso dentro do grupo. Nova reunião será realizada terça-feira.

O Senador Álvaro Dias (PMDB-PR) lembrou ontem que Tancredo Neves lhe dissera que a própria Constituinte poderia decidir sobre a inclusão, ou não, dos eleitos em 82.

O Deputado Maurício Ferreira Lima (PMDBB-PE) criticou o jurista Afonso Arinos por ter convidado o Diretor-Geral da Polícia Federal, Coronel Luiz Araripe, para a Comissão Constitucional